



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BETIM

5ª Vara Cível da Comarca de Betim

Rua Professor Osvaldo Franco, 55, Centro, BETIM - MG - CEP: 32600-234

PROCESSO Nº 5012217-13.2016.8.13.0027

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)

ASSUNTO: [Alienação Fiduciária]

AUTOR: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

RÉU: ANAILDE FRANCELINA SANTOS REIS

SENTENÇA

Visto.

***BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO* ajuizou Ação de Busca e Apreensão em face de **ANAILDE FRANCELINA SANTOS REIS** com fundamento no Decreto-Lei 911/69, alegando, em síntese, que celebrou com a parte ré um contrato de financiamento garantido pela alienação fiduciária, com valores e condições descritas na inicial e constantes dos documentos juntados aos autos, tendo o réu ficado como fiel depositário do bem objeto do contrato. O requerido foi notificado, tendo em vista sua inadimplência, não saldando o débito, sendo constituído em mora, dando ensejo à presente ação. Ao final, requereu a busca e apreensão do bem, a citação do réu e a procedência do pedido, com a consolidação da propriedade e posse exclusiva, do bem descrito na inicial, em seu favor. Protestou provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos e atribuiu à causa o valor de R\$ 12.916,74.**

A inicial veio devidamente instruída com os documentos necessários à propositura da ação.

Liminar de busca e apreensão foi deferida, sendo o bem não foi localizado.

A ré purgou a mora, depositando em juízo o valor devido, conforme documento de Id n.º 21402578.

A autora concordou com o valor depositado, requerendo a expedição de Alvará de levantamento (ID n.º 22275981).

Veículo restituído à ré (ID n.º 22275987)

Em seguida, vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. Decido.

Analisando o feito, verifico que a ré purgou a mora, depositando em juízo o valor das parcelas em atraso.

Posto isto, verifica-se que a Autora perdeu o interesse processual de apreensão do bem, devendo o feito ser extinto por ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido do processo.

Ante o exposto, JULGO O FEITO EXTINTO, sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 485, IV e VI do CPC.

Revogo a liminar deferida no ID n.º 15854796.



Condeno a ré nas custas processuais e honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% do valor da causa, suspensa a cobrança, pois defiro a justiça gratuita requerida pela ré, observado, porém, o disposto no artigo 98, §§ 2.º e 3.º, do CPC.

Intimem-se, nada requerido, archive-se.

PRI.

Betim.

Robert Lopes de Almeida
Juiz de Direito

